



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**CÂMARA MUNICIPAL**  
**DE**  
**PAMPILHOSA DA SERRA**

**DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 26/01/2015**  
(Contém folhas)

**ATA Nº 03**

*Estiveram presentes os seguintes membros:*

<b>Presidente:</b>	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
<b>Vereador:</b>	Jorge Alves Custódio	(PSD)
<b>Vereador:</b>	João dos Santos Alves	(PSD)
<b>Vereador:</b>		
<b>Vereador:</b>	Carlos Manuel Nunes Alegre	(PSD)

*Faltaram os seguintes membros:*

<b>Presidente:</b>		
<b>Vereadores:</b>	Isabel Alexandra dos Santos Tomé	(PSD)



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**REUNIÃO DE 26/01/2015**

**ATA Nº 03**

----- Aos vinte e seis dias do mês de janeiro do ano dois mil e quinze, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor José Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores, Jorge Alves Custódio, João dos Santos Alves e Carlos Manuel Nunes Alegre. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnico. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade justificar a falta de comparecimento da Senhora Vereadora Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé, por motivos de doença.

----- A ata da reunião ordinária do dia 12 de janeiro de 2015 foi aprovada por unanimidade. -----

**I - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

**1.1 - INFORMAÇÕES DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA E DOS SENHORES VEREADORES**

**II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

**2- DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA**

**2.1 - SECÇÃO FINANCEIRA**

**2.1.1 - Resumo Diário de Tesouraria**



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria respeitante ao dia 22 de janeiro de 2015, que apresenta os seguintes valores / total de disponibilidades: -----

----- De operações orçamentais: 1.751.782,62 € (um milhão setecentos e cinquenta e um mil setecentos e oitenta e dois euros e sessenta e dois cêntimos); -----

----- De operações não orçamentais: 177.208,72 € (cento e setenta e sete mil duzentos e oito euros e setenta e dois cêntimos), num total de 1.941.117,41 € (um milhão novecentos e quarenta e um mil cento e dezassete euro e quarenta e um cêntimos). -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

#### 2.1.2 - CIM - Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra - Quotização dos municípios para o ano 2015

----- Foi presente uma comunicação da CIM - Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, a informar que em deliberação do Conselho Intermunicipal da CIM Região de Coimbra, de 19-12-2014, foi aprovada a quotização 2015 do seus municípios integrantes, sendo que o valor da quota do Município de Pampilhosa da Serra para o ano de 2015 é de 3.130,80 €. -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar e transferir para a CIM Região de Coimbra o referido valor. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 2.1.3 - Quota 2015 - ADESA

----- Foi presente uma informação da Secção Financeira, do seguinte teor: -----

----- " O Município de Pampilhosa da Serra é associado da ADESA - Associação de Desenvolvimento da Serra do Açor. No ano de 2014 transferiu para a ADESA O VALOR DE 4.000€/mês, respeitante à quota-parte da responsabilidade desta Autarquia para fazer face aos encargos financeiros da Associação. -----

----- Para se proceder à transferência do mesmo valor no ano de 2015, é necessário deliberação de Câmara com efeitos a partir de janeiro/2015." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 2.1.4 - ADXTUR - Acordo de Colaboração



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente uma informação da Secção Financeira, do seguinte teor: -----

----- “ Entre o Município de Pampilhosa da Serra e ADXTUR – Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto, foi celebrado um acordo de parceria em 15 de setembro de 2008. -----

----- Considerando que as Entidades mantêm os termos e condições previstas no citado acordo, cabendo ao Município o valor de 640,00€/mês, para financiamento dos recursos humanos e materiais a disponibilizar pela ADXTUR aos parceiros, informa-se que é necessário dar cumprimento à cláusula Quarta do referido Acordo de Colaboração.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

### 2.1.5 – Transferência de verbas – Pinhais do Zêzere

----- Foi presente uma informação da Secção Financeira, do seguinte teor: -----

----- “ O Município de Pampilhosa da Serra é associado da Pinhais do Zêzere – Associação para o Desenvolvimento. No ano de 2014 transferiu para a Associação 500€/mês para fazer face às despesas que lhe pertencem nos encargos com a referida Associação. -----

----- Para se proceder à transferência do mesmo valor no ano de 2015, é necessária deliberação de Câmara com efeitos a partir de janeiro/2015.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

### 2.1.6 – Pinhais do Zêzere – Associação para o Desenvolvimento GAL – Grupo de Ação Local Pinhais do Zêzere

----- Foi presente uma carta da Pinhais do Zêzere, do seguinte teor: -----

----- “ Considerando o balanço menos positivo realizado ao funcionamento da parceria com a Dueceira na implementação do Leader no território, que levou ao fim da referida parceria, já definido anteriormente, a Direção da Pinhais do Zêzere, depois de previamente mandatada pela Assembleia Geral, em reunião realizada no dia 9 de dezembro de 2014, decidiu então, criar condições para a apresentação de uma candidatura própria à criação do GAL – Pinhais do Zêzere, estando por isso no momento, a Pinhais do Zêzere, apoiada pela Sociedade Portuguesa de Inovação – SPI, a preparar o processo de candidatura à Medida 10 do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente.” -----

----- Depois dos esclarecimentos prestados pelo Sr. Presidente, sobre o assunto, a



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, constituir-se como parceira do GAL - Pinhais do Zêzere, bem como conceder poderes ao Sr. Presidente da Câmara para assinar tudo o que se mostre necessário ao estabelecimento de compromissos de Parceria, com o objetivo de reconhecer a rede de parceiros que constituirão o GAL - Pinhais do Zêzere, a qualificação e reconhecimento do mesmo enquanto entidade gestora do DLBC rural (Desenvolvimento Local de Base Comunitária) e a adequada definição da respetiva EDL (Estratégia de Desenvolvimento Local) para o território de intervenção composto pelos concelhos de Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande e Pampilhosa da Serra. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **2.1.7 - Pinhais do Zêzere - Associação para o Desenvolvimento**

##### **GAL - Grupo de Ação Local Pinhais do Zêzere**

##### **- Transferência de verbas**

----- Foi presente uma carta da Pinhais do Zêzere - Associação para o Desenvolvimento, a solicitar a comparticipação relativa à despesa do trabalho adjudicado à S.P.I, para a aquisição de serviços para a proposição de candidatura ao programa de desenvolvimento rural do continente, para criação e reconhecimento do Grupo de Ação Local Pinhais do Zêzere, no valor de 20.000,00 €, acrescido de IVA. -----

----- Mais informa que aquele valor será a repartir pelos 4 Municípios que integram a Pinhais do Zêzere, e deverá ser disponibilizado de acordo com o seguinte plano: -----

----- - o valor de 1.845,00 até 30 de janeiro; - o valor de 2.460,00 € até 27 de fevereiro; o valor de 1.845,00 € até 27 de março. -----

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar, após consulta aos Serviços Financeiros da Autarquia, transferir para a Pinhais do Zêzere o valor de 6.150,00 €, mediante Protocolo. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

## **2.2 - SECÇÃO ADMINISTRATIVA**

### **2.2.1 - SECRETARIA**

#### **2.2.1.1 - Acústica Médica**

**- Rastreio auditivo gratuito**

**- Pedido de autorização para ocupação da via pública**



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente uma informação do Serviço de Secretaria, do seguinte teor: -----  
----- “ No seguimento do mail da Firma “Acústica Médica” datado de 16/01/2015, reg. 0222, cumpre-me informar V.Ex<sup>a</sup> que de acordo com o regulamento geral de taxas municipais do Município de Pampilhosa da Serra, esta não poderá ser isenta de taxas de ocupação da via pública com uma unidade móvel. -----

----- Contudo, a firma propõe-se a prestar cuidados básicos de saúde (teste de audição) gratuitamente na área do concelho e uma vez que a população do concelho é envelhecida e estes casos são de maior presença nestes escalões etários, assim entendem estes serviços haver interesse público municipal, pelo que poderá o Licenciamento de Ocupação de Via Pública ser isento de acordo com a alínea c) do n.º 3 do artº 8º do regulamento acima citado. -----

----- À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade isentar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

### 2.2.2 - SECÇÃO DE ÁGUAS

#### 2.2.2.1 - Cobrança indevida de taxa se saneamento

----- Foi presente uma informação da Secção de Águas, do seguinte teor: -----  
----- “Relativamente ao assunto em epígrafe, face ao solicitado, cumpre-me informar o seguinte relativamente ao consumidor nº 13613 Sr. Virgílio Duarte Vaz, respeitante a uma habitação sita na Rua da Escola em Souto do Brejo: -----

----- - Verifica-se à data 18/12/2014 (data da informação dos serviços de fiscalização do Município) a efetiva cobrança de taxa de saneamento ao consumidor em causa; -----

----- - Os valores resultantes da taxa referida foram indevidamente cobrados em virtude de não ser possível efetuar a ligação à habitação referida; -----

----- - O valor total das taxas devidas ao consumidor apenas pode ser apurados à data da faturação de janeiro de 2009, sendo que o valor apurado importa na quantia de 48,81 € (quarenta e oito euros e oitenta e um cêntimos), como listagem em anexo. -----

----- À consideração superior para análise e possível restituição do valor em causa.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade restituir ao consumidor nº 13613, Sr. Virgílio Duarte Vaz, a importante de 48,81 €. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

#### 2.2.2.2 – Restituição de valores respeitantes a baixadas de água

- Foi presente uma informação da Secção de Águas, do seguinte teor: -----
- “ Relativamente ao assunto em epígrafe, cumpre-me informar que, na sequência da transição e exploração dos sistemas de abastecimento público de águas das povoações de Cavaleiros de Cima, Cavaleiros de Baixo, Mata e Sobral Bendito, das respetivas coletividades para o Município, os referidos sistemas foram alvo de remodelação. -----
- Finda a mesma houve a obrigatoriedade de celebração de contratos de fornecimento entre os proprietários dos imóveis e a entidade fornecedora, neste caso o Município. -----
- Decorrente do anteriormente referido, os primeiros munícipes a celebrar contratos, procederam ao pagamento das ligações e respetivos ramais os quais importam no valor de 255,67 € (duzentos e cinquenta e cinco euros e sessenta e sete cêntimos). -----
- Tendo entretanto ocorrido uma reunião entre o Executivo Camarário e algumas coletividades, ficou acordado o pagamento exclusivamente do montante referente à celebração de contrato e colocação de contador no valor de 49,73 € (quarenta e nove euros e setenta e três cêntimos). -----
- Face ao exposto, entende-se que se deva proceder à restituição do diferencial na quantia de 205,94 € (duzentos e cinco euros e noventa e quatro cêntimos), aos munícipes seguidamente enumerados: -----
- - Álvaro Joaquim Costa (Cavaleiros de Cima); -----
  - - António Pereira Ramos Lourenço (Cavaleiros de Baixo); -----
  - - Fernando Antunes da Cruz (Cavaleiros de Baixo); -----
  - - Laurindo Pires Filipe (2 contratos de fornecimento - Cavaleiros de Baixo); -----
  - - Carlos Alberto Joaquim (2 contratos de fornecimento - Sobral Bendito); -----
  - - Ilda Augusta de Almeida (Mata); -----
  - - António Moreira Gomes Ramos (Mata). -----
- Junta-se em anexo 2ª via das guias de recebimento justificativas dos pagamentos anteriormente referidos. -----
- À consideração superior a análise e possível restituição.” -----
- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade proceder à restituição dos valores em apreço aos munícipes acima mencionados. -----
- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

#### 2.3 – SERVIÇOS JURÍDICOS

##### 2.3.1 – Contrato Programa de Promoção Educativa, Cultural, Turística, de Marketing Territorial e de Gestão Ativa da Floresta no Concelho de Pampilhosa da Serra – 2015

----- Proposta do Sr. Presidente: -----

----- À semelhança do ano anterior, proponho que seja celebrado Contrato-Programa de Promoção Educativa, Cultural, Turística, de Marketing Territorial e de Gestão Ativa da Floresta no Concelho de Pampilhosa da Serra, entre o Município de Pampilhosa da Serra e a Pinhais do Zêzere – Associação para o Desenvolvimento, com vista a estabelecer medidas de cooperação e apoio, entre o Município de Pampilhosa da Serra e a Pinhais do Zêzere, e inerente atribuição de apoio financeiro, para a concretização do Programa de Promoção Educativa, Cultural, Turística, de Marketing Territorial e de Gestão Ativa da Floresta no Concelho de Pampilhosa da Serra, cuja minuta se submete à apreciação do Órgão Executivo Autárquico. -----

----- Existe verba, inscrita em orçamento, para efetuar o pagamento do apoio financeiro consignado no respetivo Contrato - Programa, com a seguinte nomenclatura: Classificação Orgânica; 0102, Classificação Funcional: 430, Classificação Económica: 040701, Código de GOP: 04 430 2015/5048 Ac. 1, e está comprometido de acordo com o número sequencial de compromisso: 14551, conforme Informação de Cabimento, emitida pelos Serviços Financeiros da Autarquia, em 06/01/2015. -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar e conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

##### 2.3.2 – Protocolo de Cooperação a celebrar com Serra do Açor – Associação de Desenvolvimento Regional (ADESA)

----- Proposta do Sr. Presidente: -----

----- À semelhança do ano anterior, proponho que seja celebrado um Protocolo de Cooperação, entre o Município de Pampilhosa da Serra e SERRA DO AÇOR – Associação de Desenvolvimento Regional (ADESA), com vista a estabelecer medidas de cooperação e apoio, entre o Município de Pampilhosa da Serra e ADESA, e inerente atribuição de apoio financeiro, tendo em vista a implementação de algumas das ações preconizadas no Plano de Ação do PMDFCI de Pampilhosa da Serra (Rede Viária – Manutenção, em todas as freguesias do concelho) e execução dos trabalhos a elas inerentes. Destacando-se, neste





**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

âmbito, a regularização da plataforma de acesso, retificação do traçado da rede viária florestal, a fim de suavizar curvas ou excesso de inclinação, limpeza e manutenção da mesma, construção ou beneficiação de valetas, realização de ações de correção torrencial na rede viária florestal do concelho de Pampilhosa da Serra durante o ano de 2015, cuja minuta se submete à apreciação do Órgão Executivo Autárquico.-----

----- Existe verba em orçamento na rubrica 01 02 040701 e GOPS 4302015/5050 ac.1., bem como Fundos Disponíveis para a realização da despesa no valor de 25.000,00 €. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

**2.3.3 - Aceitação de Doação do Artigo Urbano nº 981 da Freguesia de Unhais-o-Velho, Descrito na Conservatória do Registo Predial de Pampilhosa da Serra sob o nº 1402.**

----- Proposta do Sr. Presidente: -----

----- Considerando a proposta de Doação do artigo urbano inscrito na matriz predial da Freguesia de Unhais-o-Velho sob o nº 981, formulada verbalmente pela proprietária: D. Maria da Conceição Pacheco Gomes, residente na Av. Pedro Alvares Cabral, nº 32, 2º Dtº, 2700-648 Amadora, Contribuinte Fiscal nº 129.749.273, portadora do Bilhete de Identidade nº 6383433, emitido em 07/12/2007, pelos SIC de Lisboa; -----

----- Tendo em conta que o prédio em questão, é de construção centenária, efetuada em pedra (xisto) e se encontra localizada dentro da povoação de Unhais-o-Velho; tal aquisição, considera-se uma mais-valia para o património do Município, podendo no futuro ser utilizado para os mais diversos fins/projetos levados a cabo pelo Município. --

----- Assim, proponho que a Câmara Municipal, no âmbito das competências materiais, ao abrigo do disposto na al. j) do nº 1 do artº 33º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, delibere aceitar a doação do prédio supra identificado, concedendo-me poderes para assinar o competente título e tudo o que se mostre necessário ao indicado fim. -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Senhor Presidente da Câmara para assinar o competente título e tudo o que se mostre necessário ao indicado fim. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

#### 2.3.4 - Pedido de Renovação do Contrato de Arrendamento da Fração A do I Pavilhão da Zona Industrial do Alto das Aldeias, Freguesia de Pampilhosa da Serra

----- Foi presente uma informação dos Serviços Jurídicos, do seguinte teor: -----

----- *“ Na sequência do requerimento com o Reg. Nº 0304, de 21/01/2015, subscrito por Carlos Alberto Fernandes Carlota, sócio gerente e legal representante da sociedade por quotas “TÁXI SIMÕES & CARLOTA, LDª”, arrendatária, da Fração A do I Pavilhão da Zona Industrial do Alto das Aldeias, em que solicita a esta Autarquia a renovação do contrato de arrendamento daquela fração, celebrado em 1 de agosto de 2008, cumpre informar que dispõe a Cláusula Terceira do contrato em questão: -----*

----- *“Cláusula Terceira -----*

----- *Duração do Arrendamento -----*

----- O arrendamento tem início na data de assinatura do presente Contrato, sendo feito pelo período de cinco anos, renovável a requerimento do SEGUNDO OUTORGANTE, com uma antecedência mínima de seis meses, relativamente ao termo do prazo inicial ou dos prazos de renovação, e com o acordo do Município de Pampilhosa da Serra, por períodos sucessivos de um ano, até ao limite máximo total de vinte anos”. -----

----- *Pelo que, a arrendatária em questão cumpriu o prazo de antecedência mínima prevista contratualmente, podendo a Câmara Municipal, querendo, anuir na renovação do arrendamento por mais um ano, a contar de 1 de agosto de 2015.” -----*

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade anuir a renovação do arrendamento por mais um ano, a contar de 1 de agosto de 2015, da fração A do I Pavilhão da Zona Industrial do Alto das Aldeias, ao arrendatário “Táxi Simões & Carlota, Ldª”. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 2.3.5 - Proposta de Extinção da Cessão de Exploração do Estabelecimento Comercial, denominado “Bar da Cal”, localizado junto da Albufeira da Barragem de Santa Luzia, por resolução

----- Pelo Senhor Vice-Presidente foi proposto que a Câmara Municipal equacione resolver o contrato de cessão de exploração do estabelecimento comercial, denominado “Bar da Cal”, localizado junto da Albufeira da Barragem de Santa Luzia, celebrado em 11/07/2012, atento o disposto no n.º 1.4 da sua Cláusula Quinta, por incumprimento do estipulado nos n.ºs 1, 2.1, 2.2 e 8 da sua Cláusula Oitava, alegando resumidamente que: ---

----- (...) a manutenção de tal relação contratual não serve os objetivos que o Município pretendia e pretende alcançar e que se prendem, sobretudo, com uma expetável gestão de



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

*qualidade, quer do referido estabelecimento comercial quer de toda a zona envolvente, de modo a promover o turismo e a prestigiar o concelho de Pampilhosa da Serra, tendo, aliás, ficado consignado no contrato celebrado, que a "cessionária deveria explorar as instalações e espaço envolvente com elevado padrão de qualidade, de modo a que prestigie e promova o concelho de Pampilhosa da Serra" (nº 8 da Cláusula Oitava); parecendo-me que se deverá reformular os termos em que é feita atualmente a gestão de tal estabelecimento e da zona envolvente; estando em crer, também, que tal relação contratual não corresponde às expectativas da cessionária (atentos os emails por si subscritos onde demonstra o seu constante desagrado no que respeita ao papel que o Município deve assumir – em seu entender – na gestão do espaço envolvente àquele estabelecimento e ao mesmo); e que, para além do mais, a cessionária incumpriu no estipulado contratualmente no que respeita à criação de no mínimo dois postos de trabalho, entre junho e setembro (excecionando-se o mês de junho de 2012) (nº 1 da Cláusula 8ª) durante a vigência do referido contrato (incluindo a sua renovação), não tendo cumprido, também os dispostos nos números 2.1 e 2.2, da supra referida Cláusula 8ª, no que respeita à manutenção e limpeza da zona envolvente ao Café/Bar, nomeadamente os caminhos de acesso e o espaço afeto ao Parque de Merendas (já que a manutenção e limpeza dos mesmos foi assegurado pela Autarquia, durante toda a época estival de 2014) (...) -----*

----- Face à proposta do Senhor Vice-Presidente (constante dos documentos anexos à presente ata), ponderado, apreciado e discutido muito circunstanciadamente este assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade: -----

----- - a intenção de proceder à resolução do contrato de cessão de exploração do estabelecimento comercial denominado "Bar da Cal", localizado junto da Albufeira da Barragem de Santa Luzia, celebrado em 11/07/2012, atento o disposto no nº 1.4 da sua Cláusula Quinta, por incumprimento do estipulado nos nºs 1, 2.1, 2.2 e 8 da Cláusula Oitava; -----

----- - determinar a notificação à cessionária da deliberação ora tomada para que, no prazo de dez dias, contados da data da receção da notificação, nos termos do disposto nos art. 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo, na sua redação ainda em vigor (Decreto-Lei nº 442/91, de 15 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 6/96, de 31 de janeiro), querendo, pronunciar-se sobre a mesma, alegando o que tiver por conveniente; -----

----- - determinar que, decorrido aquele prazo, deverá o assunto ser submetido a reunião da Câmara Municipal, para deliberação. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

#### 2.4 - PARQUES EÓLICOS

##### 2.4.1 - Parque Eólico de Pampilhosa da Serra - Iberwind - extensão do prazo dos contratos de acordo de cooperação e arrendamento

----- Foi presente uma carta da Iberwind, datada de 19 de janeiro de 2015, a solicitar a extinção do prazo dos contratos de acordo de cooperação e arrendamento do Parque Eólico de Pampilhosa da Serra. -----

----- Após análise e tendo presente o aditamento ao acordo de Cooperação e Arrendamento acima identificado, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade retirar da Ordem do Dia, a fim de submeter à análise e parecer do Sr. Consultor Jurídico desta Autarquia. -----

##### 2.4.2 - PEA - Parque Eólico da Serra, Unipessoal, Lda - extensão do prazo dos contratos de acordo de cooperação e arrendamento

---- Foi presente uma comunicação da PEA - Parque Eólico da Serra, Unipessoal, Lda, datada de 20 de janeiro do corrente ano, a solicitar que seja emitida uma declaração de confirmação do contrato acima identificado, que se encontra em plena execução, confirmando os respetivos termos e condições. Após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade retirar da Ordem do Dia, a fim de ser submetido a parecer do Sr. Consultor Jurídico desta Autarquia. -----

### 3 - DIVISÃO TÉCNICA DE OBRAS E URBANISMO

#### 3.1 - SERVIÇOS TÉCNICOS

##### 3.1.1 - GABINETE DE PROJETO

##### 3.1.1.1 - INF - Águas Balneares - Candidatura Bandeira Azul

----- Foi presente uma informação do Gabinete de Projeto, do seguinte teor: -----

----- *"Conforme é do conhecimento de V. Exas., a Coordenação Nacional do Programa Bandeira Azul anunciou que se encontram abertas as candidaturas das Praias, Portos de Recreio e Marinas ao Programa Bandeira Azul 2015 que este ano é subordinado ao tema "Faz da Mudança a tua Praia".* -----

----- *O prazo limite de candidatura dos promotores é o dia 31 de Janeiro de 2015.* -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

----- Tendo o município demonstrado interesse em promover as suas águas balneares (conforme proposta de lista das águas balneares, costeiras e interiores, a identificar em 2015) de Santa Luzia, Pessegueiro e de Pampilhosa da Serra com classificação de excelentes, a presente informação visa esclarecer as condições de adesão. A presente listagem apresenta a Praia de Janeiro de Baixo com classificação de BOA, não oferecendo assim condições de elegibilidade para realizar a candidatura desta praia ao programa Bandeira Azul, apesar das condições da água balnear serem consideradas boas.-----

----- De acordo com o guia de interpretação dos critérios Bandeira Azul para as Praias, "O Programa Bandeira Azul para praias e marinas é desenvolvido pela Fundação para a Educação Ambiental (FEE), uma organização não-governamental e sem fins lucrativos. Este Programa, anteriormente designado de Campanha Bandeira Azul teve início em França, em 1985, e tem sido desenvolvido na Europa desde 1987. A partir de 2001 foi alargado a outros continentes. Atualmente a Bandeira Azul é reconhecidamente um Programa com um número crescente de países aderentes.-----

----- O Programa tem como fundamento promover o desenvolvimento sustentável em áreas costeiras, fluviais e lacustres a partir do desafio aos responsáveis e gestores de praias locais para alcançar padrões de excelência num conjunto de critérios que envolvem a educação ambiental, a qualidade da água balnear, a gestão da praia, serviços e segurança. O objetivo é tornar possível a coexistência do desenvolvimento do turismo a par do respeito pelo ambiente local, regional e nacional. A longa existência do Programa demonstra que é considerado e reconhecido como um eco-label para operadores turísticos, decisores e público em geral."-----

----- Os Critérios Bandeira Azul para as praias deverão ser entendidos como mínimos, visto que, depois de prévia aprovação do Conselho Consultivo da FEE, os Programas Nacionais poderão ser mais exigentes no cumprimento dos critérios. Os critérios podem ser consultados no portal da ABAE e/ou na documentação de candidatura.-----

----- Bandeira Azul\_Regulamento (breve caracterização)-----

----- "O REGULAMENTO define as regras de candidatura, análise e atribuição da BANDEIRA AZUL às PRAIAS, PORTOS DE RECREIO e MARINAS bem como da verificação do cumprimento dos critérios do PROGRAMA Bandeira Azul e da aplicação de sanções pelo seu incumprimento.-----

----- A apresentação do processo de candidatura de uma PRAIA à atribuição de uma BANDEIRA AZUL, implica a aceitação e vinculação automática às regras definidas por este REGULAMENTO e seus ANEXOS, e às demais disposições ou determinações do OPERADOR NACIONAL, do COORDENADOR INTERNACIONAL ou do JÚRI INTERNACIONAL, que em cada momento sejam aplicáveis ao PROGRAMA.-----

...

----- Bandeira Azul -----

1. A BANDEIRA AZUL é um certificado de qualidade ambiental que distingue o esforço de diversas entidades, no sentido da melhoria do ambiente marinho, costeiro, fluvial e lacustre



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

*e implica o cumprimento de diversos critérios nas áreas de educação ambiental e informação, gestão e segurança, qualidade da água e meio costeiro. -----*

2. A BANDEIRA AZUL pode ser atribuída a PRAIAS, PORTOS DE RECREIO, MARINAS e EMBARCAÇÕES.-----

3. Cada BANDEIRA AZUL é atribuída a uma PRAIA determinada e durante uma ÉPOCA a que respeita, mediante o preenchimento e verificação de determinadas condições e requisitos mínimos.-----

4. A BANDEIRA AZUL é atribuída pelo JÚRI INTERNACIONAL através do OPERADOR NACIONAL e é concedida ao MUNICÍPIO, PORTO DE RECREIO/MARINA onde se situa a Praia, Porto de Recreio ou Marina galardoada. -----

5. A atribuição da BANDEIRA AZUL confere um direito precário e temporário de uso do galardão na Praia, Porto de Recreio ou Marina e ÉPOCA a que respeita, estando a sua concessão e manutenção condicionada ao cumprimento e verificação das regras e preceitos deste REGULAMENTO e das demais disposições aplicáveis nele referidas.-----

...” (consultar regulamento integral no site [www.abae.pt](http://www.abae.pt)).-----

----- Do processo de candidatura 2015: (Regulamento-anexo III processo de candidatura) -----

----- A candidatura é individual para cada praia e é efetuada Plataformas eletrónicas, disponível no sítio da Associação Bandeira Azul da Europa, (ABAE [www.abae.pt](http://www.abae.pt)) no separador do Programa Bandeira Azul mediante um registo inicial (login) que funcionará para todas as entidades.-----

----- A documentação obrigatória, a apresentar de cumprimento de critérios e demais documentação, carece de assinaturas. Todos os documentos que implicam assinatura de responsáveis deverão ser digitalizados e anexados (upload) na candidatura.-----

----- A candidatura ao Programa Bandeira Azul 2015, de acordo com o “Regulamento Anexo IV serviço de candidatura”, implica o pagamento dos valores nele referido: (ver anexo IV)-----

----- “Não Sócios -----

----- DESCRIÇÃO -----

----- VALOR p/ unidade -----

----- SERVIÇO DE CANDIDATURA AO GALARDÃO POR PRAIA (inclui uma BA 150x225) - **400 €** -----

----- OPCIONAL (na eventualidade de ser necessário)-----

----- VALOR p/ unidade -----

----- SERVIÇO DE ATRIBUIÇÃO DA 2ª BANDEIRA (no caso de ser furtada) 180,00 € -----

----- SERVIÇO DE ATRIBUIÇÃO DE 2ª BANDEIRA (BA 100X150) 50,00 € -----

----- SERVIÇO DE VISTORIA À ZONA BALNEAR PELA COORDENAÇÃO NACIONAL

- A definir por praia -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

- **Sócios** -----
- **Nota1:** As entidades associadas da ABAE/FEE Portugal usufruem de um desconto de 10% nos serviços de inscrição num dos Programas desenvolvidos por esta Associação.-----
- **DESCRIÇÃO VALOR p/ unidade** -----
- Jóia de inscrição na Associação Bandeira Azul da Europa -----
- 25,00 € (A) -----
- 250,00€ (C,D)-----
- Quota anual -----
- 12,50 € (A) -----
- 200,00€ (C,D) -----
- Categoria A – Pessoas singulares -----
- Categoria B – Empresas -----
- Categoria C – Entidades de carácter científico -----
- Categoria D – Estado ou Autarquias -----
- **Nota 2:** Solicita-se que na eventualidade de ser necessária, uma requisição anterior à data da fatura, de qualquer um dos serviços prestados pela ABAE/FEE Portugal, seja enviada juntamente com a candidatura, pois assim que a candidatura dá entrada na Coordenação Nacional é elaborada a proposta/orçamento correspondente e posteriormente a fatura.”-----
- A duração da época balnear para cada água balnear (Pampilhosa da Serra; Pessegueiro e Santa Luzia) é a compreendida entre 01 de julho de 2015 e 31 de agosto de 2015, de acordo com a informação enviada à Agência Portuguesa do Ambiente, aguardando-se a confirmação da aceitação e respetiva publicação em portaria.-----
- Data do procedimento de candidatura: -----
- Submissão da candidatura e processo de avaliação 2015: -----
- • 1ª fase (nível nacional) -----
- Candidatura na Plataforma para Promotores: **até 31 de Janeiro** -----
- Documentos de candidatura: -----
- **Regulamento do Programa Bandeira Azul (e respetivos anexos)** -----
- Anexo I – Critérios: praias e marinas -----
- Anexo II – Júri e Estrutura de funcionamento do PBA -----
- Anexo III – Processo de candidatura -----
- Anexo IV – Valor do Serviço de Candidatura -----
- Anexo V – Procedimentos Orientadores para as visitas de controlo -----
- Anexo VI – Declaração para as Praias -----
- **Guias de cumprimento dos critérios** -----
- Guia dos critérios das praias e marinas -----
- Guia de Atividades de Educação Ambiental -----
- Assim e concordando, o teor da presente informação deve ser submetido e aprovado em reunião de câmara com vista à efetiva realização das candidaturas.-----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- À consideração superior. -----  
----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----  
----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 3.2 - OBRAS PARTICULARES

- 3.2.1 - Restituição de taxas referente à alteração de edifício de convívio, sito na Aldeia do Meio**  
- Processo n.º 21/2014  
- Requerente: Comissão de Melhoramentos de Aldeia do Meio

----- Foi presente uma informação da Secção de Obras Particulares, do seguinte teor: ---  
----- "Em 28/10/2014, deu entrada nestes serviços de obras particulares, o processo de licenciamento em epígrafe onde foram declaradas áreas superiores às apuradas, posteriormente, pelos serviços técnicos de obras, em 19/01/2015. -----  
----- Sobre as áreas declaradas recaíram as taxas devidas, pagas através da guia de recebimento n.º 455, de 28/10/2014. -----  
----- Efetuados os devidos cálculos, apurou-se que o valor cobrado a mais é de 99,90 € (noventa e nove euros e noventa centimos), conforme se discrimina no quadro anexo.-----  
----- Face ao exposto, propõe-se a restituição à requerente do valor de 99,90 € (noventa e nove euros e noventa centimos), nos termos do disposto no n.º 2 do artº 16, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação. -----  
----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. -----  
----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

- 3.2.2 - Restituição de taxas referente à alteração e ampliação de moradia unifamiliar, sita na Rua da Lameira em Amoreira Fundeira**  
- Processo n.º 3/2014 (obras em projeto)  
- Requerente: José Francisco Alves

----- Foi presente uma informação da Secção de Obras Particulares, do seguinte teor: ---  
----- " Em 03/02/2014, deu entrada nestes serviços de obras particulares, o processo de licenciamento em epígrafe onde foram declaradas áreas associadas a outro uso (cobertura de garagem) uma vez dissociada da habitação. -----  
----- Após apreciação pelos serviços técnicos de obras particulares, foi constatado que a pretensão do requerente envolvia a comunicação entre a habitação e a garagem, constantes de





## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

artigos matriciais distintos, pelo que não poderia ser dissociado o referido edificado. -----

----- Pelo exposto e após unificação dos artigos matriciais, a operação urbanística passou a contemplar o conjunto edificado com intervenção em ambas as edificações, designando-se deste modo como alteração e ampliação de uma moradia unifamiliar. -----

----- Nestes termos, as taxas deverão incidir sobre todas as alterações e ampliações do edificado e não somente à cobertura da garagem, como inicialmente indicadas e pagas pelo requerente. -----

----- Sobre as áreas declaradas recaiu o valor de 33,40€ (trinta e três euros e quarenta centimos), pago através da guia de recebimento nº 30, de 12/02/2014. -----

----- Face ao exposto, propõe-se a restituição ao requerente do valor de 33,40 € (trinta e três euros e quarenta centimos), nos termos do disposto no nº 2 do artº 16, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação.” -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

### 3.3 – OBRAS PÚBLICAS

#### 3.3.1 – Revisão de preços definitiva

- **Empreitada: Construção da Praia Fluvial de Pampilhosa da Serra**

- **Adjudicatário: Consórcio Calado & Duarte, Lda e Odraude, Construção Civil e Obras Públicas, Lda**

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- “ Em 19/01/2015, os serviços técnicos de obras deste Município verificaram que ainda não havia sido efetuada a revisão de preços referente à empreitada em epígrafe, não obstante a receção provisória ter ocorrido em 25/02/2011. -----

----- Aquando da elaboração da conta final de empreitada, os valores referentes à revisão de preços não foram incluídos ou considerados. -----

----- O regime de revisão de preços da presente empreitada está regulado no artigo 199º do Decreto Lei nº 59/99 de 02 de março, conjugado com o disposto no Decreto Lei nº 6/2004 de 6 de janeiro. -----

----- Na cláusula 8ª do contrato de empreitada celebrado a 07/10/2008 está definida a fórmula da revisão de preços a utilizar na presente empreitada. -----

----- O regime de revisão de preços da presente empreitada está regulado no artigo 199º do Decreto Lei nº 59/99 de 02 de março, conjugado com o disposto no Decreto Lei nº 6/2004 de 6 de janeiro, devendo o preço das empreitadas de obras públicas ser obrigatoriamente revisto, nos termos das cláusulas insertas nos contratos, os quais, todavia, deverão subordinar-se aos princípios fundamentais previstos na lei especial, ou seja, no Decreto Lei nº 6/2004 de 06 de janeiro. -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- De acordo com o disposto no nº 1 do artigo 19º do Decreto lei nº 6/2004 de 06 de janeiro, o direito à revisão de preços caduca com a conta da empreitada, salvo nas seguintes situações: -----

----- i - Quando existam reclamações ou acertos pendentes; -----

----- ii - Quando não estejam disponíveis os indicadores económicos necessários para o cálculo definitivo da revisão de preços definitiva dos trabalhos contratuais e a mais; -----

----- iii - Quando o cálculo da revisão de preços for da obrigação do dono da obra e a conta final da empreitada não contemple a revisão de preços definitiva dos trabalhos contratuais e a mais; -----

----- Assim e atento o atrás referido, verifica-se que a conta final da empreitada não contemplou a revisão de preços definitiva dos trabalhos contratuais, devendo ser feita atualmente a citada revisão. -----

----- Depois de efetuados os cálculos referentes à revisão de preços, que se apresentam em anexo, apurou-se um valor total a pagar pelo adjudicatário ao Município de 51.575,78 € (cinquenta e um mil quinhentos e setenta e cinco euros e setenta e oito cêntimos), de acordo com a fórmula prevista no contrato celebrado. -----

----- Nestes termos, entende-se que o Município deverá ser ressarcido do valor de 51.575,78 € (cinquenta e um mil quinhentos e setenta e cinco euros e setenta e oito cêntimos), acrescido de IVA, devendo-se notificar o adjudicatário para proceder ao seu pagamento. -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **3.3.2 - Escola EB1/JI Dornelas do Zêzere\_Arruamentos Exteriores\_Liberação de caução**

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- "Tendo em consideração o concurso para execução da empreitada "Escola EB1/JI Dornelas do Zêzere\_Arruamentos Exteriores", a firma A.M. Cacho & Brás, Lda apresentou em 05/12/2014 um pedido de liberação das cauções prestadas para garantia da execução do contrato de empreitada em epígrafe e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele decorre para o Município. -----

----- O pedido foi formulado ao abrigo do disposto no Decreto Lei nº 190/2012 de 22 de agosto.-----

----- Nos termos e para os efeitos do nº 2 do artigo 4º do Decreto Lei nº 190/2012 de 22 de agosto foi efetuada vistoria no dia 07 de janeiro de 2015 no local da empreitada. -----

----- Da citada vistoria foi lavrado auto, que se anexa e se dá aqui por integralmente reproduzido, tendo-se verificado que os trabalhos efetuados na empreitada não apresentam quaisquer anomalias. -----

----- Assim e atento ao atrás exposto, considera-se que estão verificadas as condições previstas



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

no nº 5 do artigo 3º do Decreto Lei nº 190/2012 de 22 de agosto, para serem libertados 30% do valor das garantias existentes nos termos do disposto no nº 2 e nº 4 do artigo 3º do mesmo diploma legal. -----

----- A empreitada goza das seguintes garantias: -----

----- 1) Garantia bancária nº 962300488008621, no valor inicial de 8.394,95 € (oito mil trezentos e noventa e quatro euros e noventa e cinco centavos) atual de 3.357,98 € (três mil trezentos e cinquenta e sete euros e noventa e oito centavos), emitida em 18/05/2012 pelo Banco Santander Totta, S.A, correspondente a 10% do valor total da adjudicação; -----

----- Nestes termos, a pretensão do empreiteiro reúne condições para ser satisfeita, propondo-se:

----- a) Redução do montante da garantia bancária nº 962300488008621 emitida em 18/05/2012 pelo Banco Santander Totta, S.A, no montante inicial de 8.394,95 € e atual de 3.357,98 €, para 839,49 €. -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **3.3.3 – Pedido de prorrogação de prazo de execução**

**Empreitada: Reabilitação do Estádio Municipal de Pampilhosa da Serra**

**Adjudicatário: Predilethes – Construções, Lda**

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- “Tendo em consideração a empreitada em epígrafe, a firma adjudicatária, Predilethes – Construções, Lda, apresentou em 20/01/2015, um pedido de prorrogação do prazo de execução tendo como justificação o seguinte aspeto: -----

----- “Vimos desta forma requerer a V.Exªs a prorrogação do prazo da empreitada em epígrafe, pelo prazo de 30 dias, em virtude de não poder concluir a obra no prazo previsto, devido ao atraso, por parte do fabricante, no fornecimento da relva sintética, conforme previamente comunicado ao Município.” -----

----- O término da obra deveria ocorrer até 22/01/2015, já que o Plano de Segurança e Saúde foi aprovado em 25/08/2014. -----

----- A citada alteração / modificação, do prazo contratual, enquadra-se nos limites definidos no artigo 313º do CCP, sendo que não conduziria à alteração da ordenação das propostas admitidas a concurso se o prazo ora proposto tivesse sido colocado inicialmente no caderno de encargos. -----

----- O alegado pelo adjudicatário corresponde à realidade, tendo tal assunto sido por diversas vezes transmitido ao Município em reuniões de obra. -----

----- O fornecedor da relva sintética, Polytan tem vindo sistematicamente a adiar a entrega, sendo que atualmente comunicou que somente estaria disponível na Alemanha no dia 26/01/2015.



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Assim e depois de analisados todos os elementos e argumentos apresentados e de modo a garantir a qualidade do projeto e da sua conclusão de acordo com o previsto, entende-se que a prorrogação de 30 dias, contados a partir do término do prazo previsto para a conclusão, poderá ser concedida a título gracioso, devendo a empreitada estar concluída impreterivelmente no prazo agora proposto. -----

----- No que respeita ao cronograma de trabalhos e financeiro, o adjudicatário deverá efetuar os respetivos acertos e apresentar versão atualizada. -----

----- Nestes termos, julga-se que poderá ser aceite a prorrogação nos termos atrás referidos. -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 4 - DIVISÃO SÓCIO CULTURAL E EDUCATIVA

##### 4.1 - AÇÃO SOCIAL

##### 4.1.1 - Habitação Social do Trinhão

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade retirar da Ordem do Dia o ponto em epígrafe, para que os serviços analisem a eventual atribuição de uma habitação social sita no Trinhão. -----

##### 4.1.2 - Apoio à habitação

##### - Revogação de deliberação

----- Foi presente uma informação do Serviço de Ação Social, do seguinte teor: -----

----- " Em atendimento com o Sr. Carlos Manuel Gaspar Pereira no dia 5 de janeiro de 2015, foi-me transmitido que o mesmo e o seu agregado familiar já não residem no concelho de Pampilhosa da Serra, sendo que já não carecem da casa de habitação, sita no Trinhão, propriedade do município e cujo arrendamento foi deliberado em reunião de câmara de 8 de setembro de 2014. -

----- Deste modo, propõe-se a V.Exª a revogação da referida deliberação. -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade revogar a deliberação tomada em 8 de setembro de 2014 sobre o assunto em apreço. -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 4.1.3 – Novos processos de Ação Social Escolar

----- Foi presente uma informação do Serviço de Ação Social, do seguinte teor: -----

----- “ No seguimento da apresentação de dois novos pedidos de apoio de ação social escolar e após análise dos documentos apresentados, propõe-se o seguinte: -----

Nome	Encarregado de Educação	Pedido de apoio	Proposta
Inês Aurora Lopes Alves	Soledade do Nascimento L. Alves	Transporte	Isenção
João Tomás da Silva Cunha	CAT – Maria Isabel Marques Barata	Alimentação	Isenção

----- À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 4.1.4 – Regulamento Municipal para a atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos - Relatório 2014

----- Foi presente uma informação do Serviço de Ação Social, a remeter o Relatório referente à atribuição de apoios no ano de 2014, no âmbito do Regulamento Municipal para a atribuição de Apoios e Estratos Sociais Desfavorecidos e quadro comparativo com os anos de 2012 e 2013, que fica anexo à presente ata. -----

----- De acordo com o Relatório, foram apoiadas 32 famílias, num total de 35 processos instruídos no Gabinete de Ação Social e deferidos pelo Município de Pampilhosa da Serra. -----

----- O valor total de apoio prestado pelo Município foi de 14.996,50 €. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

#### 4.2 – EDUCAÇÃO

##### 4.2.1 – Transporte Público Coletivo de Passageiros no Município de Pampilhosa da Serra



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

#### - Adenda ao Protocolo

----- Foi presente uma informação do Serviço de Educação, do seguinte teor: -----

----- “ Em 2007, com o intuito de garantir a manutenção dos serviços de transporte público e escolar nos concelhos do Pinhais Interior Norte (Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Góis, Pampilhosa da Serra e Pedrógão Grande), ameaçados pelo decréscimo na procura do transporte coletivo de passageiros, que levou o operador Rodoviária da Beira Litoral, S.A. (TRANSDEV) a reduzir a oferta e a pedir compensações financeiras pela continuação da exploração das concessões, o Município de Pampilhosa da Serra aderiu ao Acordo celebrado em 19 de julho de 2007 entre a Direção-Geral de Transportes Terrestres e Fluviais, os municípios acima referidos e aquela operadora. -----

----- Na sequência da intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, na reunião ordinária do executivo realizada no dia 10 de agosto de 2010, relativamente ao estudo efetuado no âmbito da melhoria da mobilidade dos transportes no concelho, foi aprovado por unanimidade pela Câmara Municipal elaborar um Protocolo que estabelecesse os termos e as condições da execução e exploração pela Rodoviária da Beira Litoral, S.A.(TRANSDEV) dos serviços de transporte público coletivo de passageiros no concelho de Pampilhosa da Serra, incluindo o transporte escolar e outros serviços de transporte, que veio a ser celebrado em 16 de setembro de 2010. -----

----- Estando na presente data em vigor este protocolo, e considerando que: -----

----- 1. Há necessidade de se proceder à sua atualização; -----

----- 2. Os serviços de transporte público coletivo de passageiros no Município de Pampilhosa da Serra, incluindo o transporte escolar e outros serviços de transportes, representam hoje um acréscimo significativo da oferta de serviços de transportes públicos de passageiros no concelho em relação aos consignados no protocolo celebrado em 2010 entre o Município de Pampilhosa da Serra e a Rodoviária da Beira Litoral, S.A., (TRANSDEV); -----

----- 3. No início do ano letivo 2014/2015 não foi possível prever todas as alterações agora verificadas. -----

----- Foi constituído um grupo de trabalho, com o objetivo de serem ponderadas as soluções passíveis de adoção até ao terminus do presente ano letivo, referentes à operacionalização do serviço de transportes públicos de passageiros no concelho. -----

----- Ponderadas as soluções possíveis de adotar, e atendendo: -----

----- 1. À impossibilidade de operacionalizar em tempo útil o serviço de transportes, através da contratação pública; -----

----- 2. Ao caráter urgente de solucionar a operacionalização de serviço de transportes no concelho; -----

----- 3. À necessidade de garantir a mobilidade das populações e dos estudantes do concelho; -----

----- 4. À existência de protocolo em vigor para exploração pela Rodoviária da Beira Litoral, S.A., (TRANSDEV), dos serviços de transporte público coletivo de passageiros no concelho de



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

*Pampilhosa da Serra, incluindo o transporte escolar e outros serviços de transporte; -----*

----- 5. A que o município dispõe da verba de 97.123,08 € em orçamento e com fundos disponíveis para a sua cabimentação e compromisso, com a seguinte classificação: Orçamento 0102 020210 e GOP 212 2014/2013. -----

----- A hipótese consensual e unanime encontrada pelo referido grupo de trabalho foi a de propor a elaboração de uma adenda ao protocolo em vigor, a submeter à análise superior e à apreciação da Câmara Municipal, em sede de Reunião de Câmara. -----

----- À consideração superior." -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar a citada Adenda ao Protocolo em vigor. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **4.2.2 - Formação em Contexto de Trabalho para aluna do curso profissional "Técnico de Gestão do Ambiente"**

----- Foi presente uma comunicação do Agrupamento de Escolas Padre António de Andrade, de Oleiros, a solicitar a colaboração do Município, no sentido de acolher uma aluna, Isabel Pires Costa, do curso profissional "Técnico de Gestão de Ambiente", para realizar a sua Formação em Contexto de Trabalho (estágio) no ano letivo que se encontra em curso. Mais informa que a Formação em Contexto de Trabalho decorrerá entre o dia 23 de março e o dia 6 de maio de 2015. -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. Mais deliberou designar orientador do estágio, o Sr. Engº Fernando Pereira Alves, Chefe de Divisão Técnica de Obras e Urbanismo. -----

### **III - PERÍODO ABERTO AO PÚBLICO**

----- A Câmara Municipal, concedeu uma hora de período aberto ao público, de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----


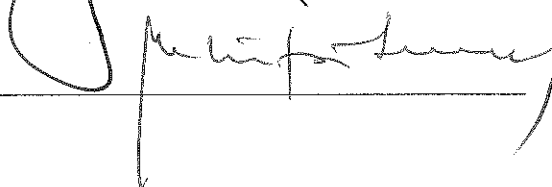
----- Esgotado que foi o tempo e não tendo aparecido nenhum munícipe, o Sr. Presidente deu por terminado o período aberto ao público. -----



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**ENCERRAMENTO**

----- Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas e trinta minutos, pelo que de tudo e para constar se lavrou a presente ata, que foi lida e aprovada por unanimidade. A referida ata foi posteriormente assinada pelo Sr. Presidente, José Alberto Pacheco Brito Dias e por mim, Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica, que a subscrevi. -----

  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_